



DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIRLEG

DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA – DIVCOL

NOTA TÉCNICA

Audiência Pública – Requerimento de Comissão nº 2.389/2023

Dados da Audiência Pública

Tema: discutir ações ambientais para combate de incêndios no Parque Renato Azeredo, localizado no Bairro Palmares, Região Nordeste de Belo Horizonte.

Comissão: Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.

Autoria do requerimento: Vereador Ciro Pereira

Data, horário e local: 02/10/2023, às 13h30min, no Plenário Camil Caram.



Site PBH:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/informacoes/parques/parque-renato-azeredo>



Parque Ecológico Renato Azeredo

O Parque Ecológico Renato Azeredo, localizado no Bairro Palmares, foi criado pela Lei nº 6.271/1922 e foi implantado em 1996. Possui uma área aproximada de 92.700 metros quadrados. Sua vegetação, remanescente de Cerrado e Mata Atlântica, é composta por árvores, como aroeira, angico rajado, caviúna, mutamba, goiaba brava, ipê e jacarandá. Oferece quadra poliesportiva, pista de caminhada, mirantes e espaços de convivência.

De acordo com o Regulamento de Uso de Parques (Instrução nº 0023/2013/Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica), este parque é classificado no Grupo III, sendo, portanto, aberto à visitação pública e sujeito às seguintes vedações, entre outras:

- colher flores, frutos, mudas ou plantas em geral, capturar insetos e outros animais, exceto quando tais práticas tiverem fins científicos e forem autorizadas pela referida fundação;
- causar danos às árvores, aos canteiros ajardinados, às rochas e ao solo;
- subir em árvores ou nelas amarrar redes, arames, cordas, cabos ou fios;
- utilizar fogareiros e churrasqueiras, fazer fogueiras, soltar balões, queimar fogos de artifícios ou qualquer outra atividade que possa colocar em risco a integridade física dos usuários, o patrimônio dos parques, bem como a fauna e a flora.

Como todos os parques municipais de BH, o Parque Ecológico Renato Azeredo está inserido no zoneamento de preservação ambiental, conforme o Plano Diretor (Lei nº 11.181/2019), e faz parte do Sistema Municipal de Áreas Protegidas (SMAP-BH), instituído pela Lei nº 10.879/2015.

Sendo assim, é considerado uma área verde pública protegida, ou seja, um espaço territorial e seus recursos ambientais com características de relevante valor ambiental, destinados à conservação da natureza e à melhoria da qualidade de vida urbana.

As áreas públicas do SMAP-BH são aquelas compostas basicamente pelos parques, praças, jardins, áreas de complemento urbano, espaços livres de uso público, monumentos naturais e reservas biológicas.

A vegetação presente nesses espaços possui funções extremamente relevantes para a proteção do clima, das águas e do solo e constituem abrigo e alimento para a fauna. A preservação do verde é essencial para a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas.

Os incêndios florestais são caracterizados pelo fogo sem controle que avança sobre qualquer forma de vegetação, podendo ser iniciado pelo homem (intencional ou acidental) ou por causa natural, como queda de raios, segundo o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

São desastres que causam poluição e danos de toda ordem, ameaçando o equilíbrio ambiental e a biodiversidade. Em 21/07/23 foram degradados 4 hectares (em torno de 40% da área) do Parque Ecológico Renato Azeredo e, em menos de 20 dias, ocorreu



um novo incêndio, em 08/08/23¹. Esta recorrência é extremamente preocupante, pois agrava os inúmeros impactos e riscos associados a esses eventos.

Segundo a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB), é na época de estiagem, quando o ar está mais seco e chove pouco, que os incêndios ocorrem com maior frequência e intensidade. Na região de Belo Horizonte, normalmente, esse período vai de junho a outubro².



Site Estado de Minas:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/08/08/interna_gerais,1542866/novo-incendio-atinge-parque-renato-azeredo-no-bairro-palmares.shtml

Prevenção e combate a incêndios em BH

Na página da FPMZB - fundação que administra os mais de 70 parques do Município e atua na prevenção e combate a incêndios nestas áreas -, há diversas informações a respeito do tema, inclusive com disponibilização de diversos materiais educativos (<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/prevencao-combate-incendios>), destacando-se as seguintes informações:

- O uso incorreto do fogo é um dos principais responsáveis por problemas ambientais, econômicos e sociais;
- As **causas** mais comuns dos incêndios florestais em parques urbanos são decorrência da queima de lixo doméstico, folhas e resto de poda e uso do fogo para limpeza

¹ Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/08/08/interna_gerais,1542866/novo-incendio-atinge-parque-renato-azeredo-no-bairro-palmares.shtml. Acesso em 19/09/2023.

² Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/prevencao-combate-incendios>. Acesso em 21/09/2023.



inadequada de terrenos baldios, manifestações religiosas próximas às vegetações, podendo ser de origem criminosa e intencional ou acidental;

- As principais **consequências** dos incêndios em matas e parques são:

- morte de animais e plantas, desequilibrando o ecossistema;
- prejuízos financeiros e materiais, como a destruição de casas, de carros e de rede elétrica;
- danos à saúde da população, como problemas respiratórios, do coração e do sistema nervoso, além de intoxicações, alergias e conjuntivite;
- prejuízos na prestação de serviços públicos, como energia elétrica;
- fechamento temporário dos parques;
- degradação do solo pela destruição da cobertura vegetal, ressecamento e erosão do solo e assoreamento de nascentes e cursos d'água;
- impactos negativos no clima, pois a fumaça das queimadas libera gás carbônico, ampliando o efeito estufa e contribuindo para o aumento das temperaturas.

- A **prevenção dos incêndios florestais**, segundo a fundação, é um conjunto de medidas que almeja anular ou reduzir a probabilidade de se iniciar o fogo e, consequentemente, mitigar seus efeitos, sendo essencial um planejamento estratégico;
- Em decorrência da imprevisibilidade dos recursos humanos e financeiros para o controle dos incêndios florestais, entende a FPMZB que cabe aos gestores das áreas protegidas escolher métodos mais eficientes em ações de prevenção (educação ambiental), gestão de combustível (queima prescrita³, manutenção de aceiros⁴ e pontos de água) e medidas de restauração;
- A maioria dos incêndios em áreas verdes é causada por ação humana (não intencional ou mesmo criminosa), sendo assim, a fundação lista as seguintes **dicas**:

- não faça fogueiras nos parques;
- não jogue cigarros e palitos de fósforo acesos em qualquer lugar. Certifique-se que eles estão apagados e descarte-os nos locais apropriados;
- não utilize velas de nenhum tipo próximo à vegetação;
- não faça rituais religiosos em áreas e matas usando fogo;
- evite soltar fogos de artifício e balões (as faíscas podem se alastrar facilmente);
- não coloque fogo no lixo: descarte-o corretamente em locais adequados. Utilize as URPV's (Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes) da Prefeitura para o descarte de podas, entulho, terra, pneus, colchões e móveis em geral.

³ Segundo o IBAMA, as queimas prescritas consistem no uso planejado do fogo para fins de conservação, pesquisa e manejo, em áreas determinadas, com objetivos definidos em planos de manejo integrado do fogo. Já as queimas controladas correspondem ao uso planejado, monitorado e controlado do fogo, realizado para fins agrossilvipastoris em áreas determinadas e sob condições específicas. Em ambos os casos, o fogo é mantido sob condições específicas e seu comportamento é monitorado e manipulado visando alcançar os objetivos planejados. Disponível em:

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/incendios-florestais#queima-prescritacontrolada>. Acesso em 21/09/2023.

⁴ Aceiros, segundo a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-, são faixas ao longo das cercas onde a vegetação foi completamente eliminada da superfície do solo. A finalidade é prevenir a passagem do fogo para área de vegetação, evitando queimadas ou incêndios. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18031879/aceiros-evitam-propagacao-de-fogo-em-pastagens>. Acesso em 21/09/2023.

ACESSE A CARTILHA EDUCATIVA DA FPMZB:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fundacao-de-parques-e-zoo-botanica/2023/folder-incendios-formato-corrido-junho-2023-ok.pdf>



Fonte: cartilha da FPMZB (recorte)

- Segundo os materiais e informações divulgados pela FPMZB, as **ações de prevenção e combate a incêndios** por ela realizadas incluem:
 - promoção de campanhas educativas para a população: como por exemplo, através de palestras internas e externas de conscientização, sensibilização e estruturação para o enfrentamento aos incêndios florestais;
 - realização de treinamentos e formação anual de brigadistas: há um Plano Operacional Padronizado, com diretrizes-padrão para todas as etapas de prevenção e combate e com fluxograma das ações com base no qual há treinamento. É oferecido o Curso de Formação de Brigadista Florestal Voluntário, com atividades realizadas em diferentes parques municipais realizado em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Associação/ONG Brigada 1(B1) e com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG). Para mais informações, para apoiar a Associação ou para se tornar um(a) brigadista florestal voluntário (a), devem ser acessados: www.brigada1.org.br / Facebook: [@brigada1.bh](https://www.facebook.com/brigada1.bh) / Instagram: [@brigada1.bh](https://www.instagram.com/brigada1.bh) / Contato: correio@brigada1.org.br
 - aquisição e manutenção de equipamentos de combate a incêndios: existe um almoxarifado específico à disposição dos colaboradores;

- revisão periódica do Plano Integrado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (PIPCIF): contém ações específicas de acordo com as características dos parques. Tem como objetivo principal minimizar os danos causados (ao meio ambiente e à população) pela ocorrência de incêndios florestais. O plano envolve organizações gestoras de outras áreas verdes contíguas ou próximas às matas dos maiores e principais parques municipais de BH, além da ONG Brigada 1 e dos órgãos governamentais atuantes na gestão ambiental.
- realização de aceiros no entorno das áreas verdes: são faixas de solo exposto, sem vegetação, ao longo das cercas e muros de divisa das unidades com as casas e outras áreas naturais. A finalidade desses aceiros é dificultar ou até mesmo impedir a continuidade de propagação do fogo, podendo também serem utilizados como vias de acesso pelos combatentes, no caso de uma operação, conforme detalha o site da FPMZB.
-

O QUE FAZER EM CASO DE INCÊNDIO?

- ✚ Avise ao Corpo de Bombeiros o mais rápido possível pelo telefone 193 (atendimento 24h).
- ✚ Lembre-se: não tente apagar um incêndio, pois é uma atividade extremamente perigosa e você pode colocar a sua vida em risco! Deixe esse trabalho para as pessoas capacitadas, como os bombeiros e os brigadistas.
- ✚ Ajude, mobilizando também seus vizinhos para oferecer alimentos, água e insumos para os combatentes.



Fonte: cartilha da FPMZB (recorte)

Experiências em outros parques

Em breve pesquisa feita a respeito de mecanismos de prevenção e combate a incêndios em outros parques, destacam-se:

- Mapeamento de risco e elaboração de zoneamento de risco de incêndio em unidades de conservação (Parque Nacional de São Joaquim/Urubici-Santa Catarina): neste caso, o mapa considera vários elementos que impactam a geração e a propagação do fogo na área protegida, como cobertura vegetal, trilhas, rede elétrica, temperatura, umidade e proximidade de estradas. O zoneamento de risco é uma estratégia para viabilizar a aplicação mais exata de recursos humanos e financeiros, em áreas prioritárias identificadas (saiba mais em: <https://www.icmbio.gov.br/praticasinovadoras/todas-as-praticas/184-pratica-2014-14.html>);



- Sistema de Vigilância de Incêndios (Parque das Serras do Porto/Portugal): implantação de torres com câmeras, inclusive com sensor térmico, juntamente com estação meteorológica, para monitoramento e detecção de incêndios que permitem maior antecipação, verificação de focos e acompanhar a evolução do incêndio (saiba mais em: <https://produtoresflorestais.pt/incendios-combate-inovador-arranca-em-2022/>).

Destaques na legislação

É importante observar que as normas e programas relativos à proteção das áreas verdes, da arborização, dos espaços especialmente protegidos e de combate ao desmatamento são diversas, no entanto, foram destacadas na presente nota técnica as principais normas relativas a incêndios em áreas verdes.

Os incêndios são um dos piores tipos de degradação ambiental. Quando não decorrentes de causas ou fenômenos naturais, a legislação de todos os âmbitos da federação prevê punição em conformidade com a legislação vigente.

A Lei de Crimes Ambientais - **Lei Federal nº 9.605/1998** -, por exemplo, prevê pena de reclusão, de 2 a 4 anos, para quem provoca intencionalmente incêndio em mata ou floresta. Soltar balões que provocam incêndios também é crime, havendo previsão de detenção de 1 a 3 anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente para os infratores.

A **Lei Estadual nº 20.922/2013**, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado de Minas Gerais, proíbe o uso do fogo e a prática de qualquer ato ou omissão que possam ocasionar incêndio florestal (art. 93).

Determina a referida lei (art. 94) que os órgãos ambientais competentes e os órgãos públicos e privados responsáveis pela gestão de áreas com vegetação nativa ou plantios florestais devem elaborar, atualizar e implantar planos de contingência para o combate aos incêndios florestais e montar infraestrutura adequada para ações emergenciais⁵.

A **Lei Municipal nº 4.253/1985**, que trata da política de proteção do controle e da conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no Município de Belo Horizonte, proíbe expressamente em seu art. 4º a emissão ou lançamento de poluentes, direta ou indiretamente, nos recursos ambientais, assim como sua degradação.

Com base nessa lei e disposto sobre a Política Municipal de Controle e Fiscalização das Fontes Poluidoras, o **Decreto Municipal nº 16.529/2016** determina o dever do

⁵ No âmbito estadual existe o programa “Minas Contra o Fogo”, em parceria com 40 municípios para prevenção e combate a incêndios em unidades de conservação estaduais, como os parques estaduais localizados nos municípios. O Instituto Estadual de Florestas (IEF) é o órgão responsável pela prevenção e combate a incêndios florestais, realizando o planejamento, a coordenação e a promoção das ações. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-faz-forca-tarefa-e-investe-em-aco-es-de-prevencao-e-parcerias-para-combater-incendios-florestais>. Acesso em 25/09/2023.



Município de proteger e controlar a fauna e a flora, em atuação coordenada com órgãos federais e estaduais que direta ou indiretamente exerçam tais atribuições.

O art. 54 deste decreto proíbe qualquer ato que possa provocar incêndio em terrenos ou em qualquer categoria de área verde. Em se tratando de áreas verdes, inclusive, determina que o responsável deve apresentar e executar projeto de recuperação da área queimada, sem prejuízo das penalidades administrativas aplicáveis. A tabela de penalidades deste decreto prevê multa da seguinte maneira:

A cada 10 m ² ou fração de área do terreno queimada	110,00	a cada constatação
A cada 10 m ² ou fração de área verde queimada	220,00	a cada constatação

A Lei de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos - **Lei Municipal nº 10.534/2012** - também prevê sanções para a queima de lixo a céu aberto e também a queima de produto de limpeza de terreno, prezando pela destinação ambientalmente adequada de resíduos, afinal os atos que esta norma coíbe estão entre as causas comuns dos incêndios em áreas urbanas.

Em Belo Horizonte, a **Lei nº 10.724/2014** instituiu a Política Municipal de Estímulo à Prevenção e ao Combate a Incêndios, enfatizando a necessidade de articulação, parceria e educação. Nesta norma estão previstas as seguintes diretrizes:

- busca pela unificação das ações do poder público relacionadas à prevenção e ao combate a incêndios;
- educação dos cidadãos sobre a importância das medidas de prevenção e combate a incêndios e dos meios disponíveis para a realização deste trabalho;
- conscientização de consumidores e empresas a respeito da legislação e das normas relativas à prevenção e ao combate a incêndios;
- incentivo e divulgação de boas iniciativas relacionadas à prevenção e ao combate a incêndios;
- fortalecimento de ações de fiscalização das condições das edificações no que se refere ao atendimento das normas de prevenção e combate a incêndios;
- estabelecimento de parcerias com outros órgãos da administração pública e da iniciativa privada para o fortalecimento da capacidade de ação do poder público municipal nos assuntos relativos à prevenção e ao combate a incêndios.

Diversas normas municipais que preveem regras e sanções que buscam prevenir e combater incêndios em outras situações e locais contribuem para a proteção das áreas verdes como um todo.

Isto porque os incêndios que ocorrem em uma loja, equipamento público ou residência, por exemplo, quando não combatidos, ampliam riscos para o entorno, podendo tomar outra proporção e gerar novos focos, podendo atingir parques e outras áreas com atributos ambientais.

Há, por exemplo, dispositivos no **Código de Posturas (Lei nº 8.616/2003)** e no **Plano Diretor (Lei nº 11.181/2019)** relacionados ao cumprimento de medidas para prevenção



e combate a incêndio no exercício e/ou licenciamento de atividades econômicas, também em eventos no logradouro e em áreas públicas.

No referido código há também a previsão de contratação de seguro contra incêndios em caso de fabricação, guarda, armazenamento, comercialização, utilização ou transporte de produto explosivo, inflamável ou químico de fácil combustão. Normas municipais específicas tratam de fogos de artifício, shows pirotécnicos e outros assuntos pertinentes.

O **Código de Edificações (Lei nº 9.725/2009)** traz diversas determinações para a segurança das edificações do Município, prevendo instalações específicas para prevenção e combate a incêndio e pânico, inclusive condicionando a emissão de Certidão de Baixa da Construção nas situações que especifica.

Impactos ambientais e recuperação ambiental

De acordo com Santos (2021), em seu trabalho sobre um projeto de recuperação de área degradada na cidade de Piedade (SP), fica claro que os **impactos ambientais negativos** dos incêndios florestais são nefastos, causando desequilíbrio ambiental e afetando importantes biomas brasileiros, tornando desafiadora a recuperação das áreas acometidas. Dentre tais impactos, a autora menciona:

- alteração direta e indireta das características do solo;
- redução da capacidade produtiva do solo, expondo-o ao ressecamento (luz solar direta) e à erosão (através da chuva);
- alta mortalidade de árvores e impactos decorrentes da modificação da cobertura das copas/folhagens;
- perda da biomassa viva acima do solo, favorecendo a propagação de plantas invasoras ou significativa mudança da estrutura da floresta.

Aires (2023) alerta que o cerrado brasileiro, com sua rica biodiversidade, está sob ameaça frequente durante o período seco, com áreas incendiadas. Com 2,15 milhões de hectares atingidos em 2023 em todas as matas brasileiras, o cerrado foi o segundo bioma mais afetado.

Segundo este autor, alguns dos principais fatores que contribuem para o aumento dos incêndios no Cerrado e/ou na vegetação nativa durante o período seco são o acúmulo de matéria seca (combustível), assim como a maior intensidade de vento e baixa umidade, o que favorece a propagação do fogo.

Aires (2023) menciona o problema de **incêndios recorrentes** e destaca que esta situação faz exaurir a reserva energética das plantas, diminuindo sua capacidade de rebrota e frequentemente podem causar a morte dos indivíduos ou mesmo a extinção de espécies. Para a fauna, ocorre a diminuição da disponibilidade de alimento e água, morte direta de indivíduos, fuga e remoção de indivíduos da área, também com possibilidade de extinção local de espécies.



Quanto aos rios e nascentes, os mesmos ficam expostos e sujeitos ao assoreamento após os incêndios, sem contar que a diminuição da umidade devido à falta da evapotranspiração da vegetação afeta a recarga dos lençóis freáticos/reservas de água, levando algumas nascentes e córregos menores a secar, explica Aires.

Quanto à **recuperação**, frise-se que, para Santos (2021), uma área degradada é considerada impossibilitada de retornar por uma trajetória natural a um ecossistema que se assemelhe ao seu estado inicial, dificilmente sendo restaurada, mas apenas recuperada.

Com base na Instrução Normativa ICMBIO nº 11/2014 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - a qual estabelece procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada - PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental, têm-se os seguintes conceitos:

- recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;
- restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original;
- área perturbada: aquela que após o impacto ainda mantém capacidade de regeneração natural e pode ser restaurada;
- área degradada: aquela impossibilitada de retornar por uma trajetória natural a um ecossistema que se assemelhe ao estado inicial, dificilmente sendo restaurada, apenas recuperada;
- resiliência: capacidade de um sistema suportar perturbações ambientais e retornar a sua tendência sucessional, mantendo sua estrutura e padrão geral de comportamento, enquanto sua condição de equilíbrio é modificada, sendo avaliada pelo tempo necessário para o sistema passar de uma fase para outra do processo sucessional, sendo quanto maior esse tempo, menor a resiliência.
- sucessão secundária: retorno espontâneo da vegetação nativa após supressão total ou parcial da cobertura vegetal do solo.

De acordo com o art. 3º da instrução normativa, o PRAD serve para definir as medidas necessárias à recuperação ou restauração da área perturbada ou degradada, fundamentado nas características bióticas e abióticas da área e em conhecimentos secundários sobre o tipo de impacto causado, a resiliência da vegetação e a sucessão secundária.

Este plano deve dar especial atenção à proteção e à conservação do solo e dos recursos hídricos e, caso se façam necessárias, técnicas de controle da erosão deverão ser executadas (art. 4º). Quanto à recomposição da vegetação, o art. 14 prevê, entre outros requisitos, que:

- o método a ser utilizado deverá ser fundamentado na literatura vigente e justificado tecnicamente;
- deve-se prever a possibilidade de alteração das técnicas definidas inicialmente caso estas não atinjam resultado satisfatório;



- dentre as técnicas a serem utilizadas, cita-se, por exemplo, o plantio de espécies nativas por mudas ou semeadura direta;o
- a primeira ação para garantir a recuperação/restauração da área perturbada/degradada deverá ser a proteção da área em relação a qualquer ação de degradação, como espécie invasora, gado, fogo, erosão, dentre outros;
- em áreas onde houve alteração ou remoção de solo, este deve ser recuperado e os processos erosivos contidos por obras de engenharia, se necessário, antes de qualquer outra intervenção.

Uma ação desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que se destaca quanto à recuperação de áreas verdes é o **Projeto Montes Verdes**, por meio do qual a PBH já plantou 30 mil novas árvores, conforme divulgado na página da PBH, em julho de 2023⁶. Trata-se de um programa criado em 2017 sobre indução à recuperação e revegetação de áreas degradadas na capital, iniciado na área da Serra do Engenho Nogueira e no Parque Fernando Sabino, na Pampulha.

Segundo a PBH, esta iniciativa prioriza ações em espaços que tenham sofrido com queimadas, ou passaram por ocupações irregulares, poluição, entre outros, e tem por objetivo identificar, catalogar, caracterizar, propor e executar planos de reflorestamento.

O foco inicial do projeto são as áreas públicas municipais, utilizando, para sua execução, desde recursos humanos existentes na própria Prefeitura, até recursos financeiros advindos de medidas compensatórias, compensações ambientais e condicionantes do licenciamento ambiental.

Há a informação no site de que há um cuidado com as áreas de plantio, através de constante manutenção, construção de aceiros e a roçada com manejo do capim, que são fundamentais para inibir a propagação de incêndios. Também são feitas atividades, como adubação e outras técnicas que favorecem nutrição e crescimento de plantas.

No **PPAG 2022-2025**, destaca-se o Projeto Estratégico 11 - BH Cidade Sustentável - na Área de Resultado da Sustentabilidade Ambiental, com escopo que inclui ações de preservação e revitalização do verde municipal, bem como de educação ambiental.

Além deste, os projetos estratégicos 13 e 14 da área de resultado da sustentabilidade ambiental são pertinentes por conterem ações relacionadas ao aprimoramento das condições de manutenção de parques; construção, ampliação e reforma de praças e canteiros; plantios; educação ambiental e conservação da biodiversidade.

O **Plano Municipal de Ação Climática de Belo Horizonte (PLAC)**⁷ possui ação específica (Ação 1) de redução de passivos de danos ambientais e reforça os objetivos do Projeto Montes Verdes, prevendo o desenvolvimento de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas associando experiências de ações de recuperação já realizadas

⁶ Disponível em:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/projeto-de-recuperacao-de-areas-verdes-da-pbh-ja-plantou-30-mil-novas-arvore>
s. Acesso em 26/09/2023.

⁷ Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/meio-ambiente/placfinal.pdf>.



por meio deste projeto. Um dos indicadores desta ação é através da quantidade de reclamações/eventos registrados (incêndios florestais, desmatamento ilegal, etc).

Considerações finais

Tendo em vista o tema proposto para debate, a respeito de ações ambientais para combate de incêndios no Parque Renato Azeredo, é importante que as possíveis causas possam ser discutidas e, dentro do possível, identificadas pelas autoridades a fim de buscar ações mais específicas e eficientes de monitoramento, prevenção e combate.

Em caso de incêndio criminoso há sanções penais, civis e administrativas presentes na legislação. Para as diversas causas e contextos que favorecem os incêndios, a educação ambiental é fundamental, assim como a mobilização do poder público para conhecer as peculiaridades das suas áreas protegidas e reunir esforços e recursos para maior precaução e controle.

Foi visto que são inúmeros os impactos socioambientais negativos de um incêndio e sua recorrência no mesmo local maximiza riscos, danos e perdas. A recuperação ambiental de áreas degradadas nessas situações traz desafios e há danos que são irreversíveis. A preservação dos biomas brasileiros e da biodiversidade é urgente no contexto da crise climática.

As demais áreas verdes da cidade também encontram-se vulneráveis, especialmente neste período do ano, o que eleva a importância deste debate. Os centros urbanos já vem sofrendo com a falta de áreas vegetadas e permeáveis, com as ondas de calor e com o aumento e a recorrência de eventos climáticos extremos.

A participação dos órgãos públicos envolvidos e da população nas discussões é essencial, assim como da academia e de outros setores da sociedade voltados ao tema, para reflexão sobre novos caminhos e soluções que venham a colaborar com o trabalho já desenvolvido pela FPMZB/PBH, Corpo de Bombeiros, brigadas e outros parceiros.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2023.

Edra da Silva Gonçalves
Consultora Legislativa de Meio Ambiente



Legislação correlata

Legislação Federal:

-CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

-LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 (Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.)

-LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.)

-LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 (Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.)

-LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006 (Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; (...) e dá outras providências)

-LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011 (Fixa normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios)

-LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 (Novo Código Florestal)

-DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008 (Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.)

- INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBIO nº 11/2014 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Legislação Estadual:

Constituição do Estado de Minas Gerais

-Lei nº 20.922/2013 (Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.)

-Lei nº 21.972/2016 (Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências.)

Legislação Municipal:

Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte

Lei nº 4.253/1985 - Dispõe sobre a política de proteção do controle e da conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no Município de Belo Horizonte.

Lei nº 6.154/1992 - Estabelece normas para instalação e funcionamento de comércio de fogos de artifício.

Decreto nº 5.893, de 16 de março de 1988, que “Regulamenta a Lei nº 4.253, de 04 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a política de proteção, controle e conservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida no Município de Belo Horizonte.”;

Lei nº 8.616/2003 - Código de Posturas do Município de Belo Horizonte.



Lei nº 9.725/2009 - Código de Edificações do Município de Belo Horizonte.

Decreto nº 14.060/2010 - Regulamenta o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte.

Lei nº 10.175/2011 – Política Municipal de Mitigação dos Efeitos da Mudança Climática

Lei nº 10.724/2014 - “Institui a Política Municipal de Estímulo à Prevenção e ao Combate a Incêndios, e dá outras providências.”

Lei nº 10.879/2015 - Institui o Sistema Municipal de Áreas Protegidas de Belo Horizonte e dá outras providências.

Decreto nº 16.529/2016 - Dispõe sobre a Política Municipal de Controle e Fiscalização das Fontes Poluidoras e dá outras providências referentes à Política Ambiental do Município.

Decreto nº 16.774/2017 - Aprova o Estatuto da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica

Lei nº 11.181/2019 - Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências.

Referências

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Prevenção e Combate a incêndios. Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica. Belo Horizonte/MG. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/prevencao-combate-incendios>. Acesso em 25/09/2023.

SANTOS, Caroline Mariana Nascimento do. Anteprojeto de recuperação de uma área degradada no Município de Piedade (SP) [Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)] Universidade Federal de São Paulo/USP. Curso de Engenharia Ambiental. São Paulo, 2021.

AIRES, Stefano. Queimadas e incêndios no Cerrado: biólogo do CEUB explica a dinâmica do fogo e seus impactos. Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.segs.com.br/demais/383385-queimadas-e-incendios-no-cerrado-biologo-do-ceub-explica-a-dinamica-do-fogo-e-seus-impactos#:~:text=Extin%C3%A7%C3%A3o%20local%20de%20esp%C3%A9cies,%,%C3%A1rea%20extin%C3%A7%C3%A3o%20local%20de%20esp%C3%A9cies..> Acesso em 26/09/2023